

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica**AUDIÊNCIA PÚBLICA****PL nº 920/2017****26/10/17**

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Boa tarde a todas e a todos. Primeiro, é um prazer recebê-los todos na nossa Assembleia Legislativa. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, autoridades, público presente, esta audiência pública foi convocada por este presidente com a finalidade de discutir o Projeto de lei nº 920/2017, de autoria do Sr. Governador, que autoriza o Poder Executivo a celebrar os termos aditivos aos contratos firmados com a União, com base na Lei federal nº 9.496/1997, para adoção das condições estabelecidas pelas Leis complementares federais nº 148/2014 e nº 156/2016.

Para dar início aos nossos trabalhos, precisamos estabelecer algumas regras que foram previamente acordadas entre os líderes presentes. Inicialmente, falará por dez minutos o Sr. Hécio Tokeshi, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Em seguida, haverá a fala dos oradores de até 20 entidades representativas, as quais deverão se inscrever previamente em lista à disposição das mesmas no plenário.

Cada orador terá três minutos improrrogáveis para sua fala. Em seguida, os senhores parlamentares se pronunciarão conforme a lista de inscrição que já está aberta nesta Mesa. Por último, gostaria de lembrar aos oradores não parlamentares que assumem total responsabilidade civil e criminal por suas palavras, opiniões e atos.

Esta ressalva é necessária, uma vez que a Constituição garante imunidade aos parlamentares. Todos que não forem parlamentares e usarem a palavra devem se ater a isso. Peço ao público presente que da maneira mais tranquila possível possam ouvir a opinião de todos os representantes e parlamentares para levarem a um bom termo esta audiência.

Neste momento, gostaria de passar a palavra ao Sr. Hécio Tokeshi, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais aqui presentes, todas, todos, agradeço a oportunidade, o convite para vir aqui fazer alguns esclarecimentos que considero muito importantes, além de

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

procurar passar a tranquilidade em relação a este projeto de lei, o qual acho importante, porque ele vai permitir que consolidemos e formalizemos algo que já foi alcançado, que é uma economia importante para o estado de São Paulo.

* * *

- É exibida a apresentação.

* * *

Infelizmente, essa é a realidade do comportamento da nossa arrecadação em função da recessão que o País vem enfrentando nos últimos anos. Como todos podem ver, e isso não constitui nenhuma grande novidade, durante vários anos, a nossa arrecadação começou a crescer menos. Depois ela caiu em termos reais, em 2014, 2015 e 2016. Felizmente, durante 2017, começou uma pequena recuperação, mas a realidade foi que, durante três anos seguidos, houve uma queda da receita. Arrecadamos menos em termos reais; a arrecadação caiu.

Hoje, na prática, estamos trabalhando com o dinheiro que tínhamos, em termos reais, em 2010. Todos tiveram que apertar os cintos. Em muitos casos, as empresas demitiram. O Estado também teve que manter as suas contas em dia, mas com menos dinheiro. É importante destacar que, a despeito da nossa receita ter caído, felizmente, existe o estatuto da estabilidade.

Então, o funcionalismo tem a garantia da estabilidade. Mais do que isso, o estado de São Paulo, durante todos esses anos de forte queda da receita, conseguiu garantir o cumprimento de absolutamente todas as obrigações e direitos de quinquênio, sexta-parte e progressão. Isso tudo foi rigorosamente cumprido, pago e continuará sendo. Não há nenhum risco de que isso não continue sendo feito. Inclusive, a proposta de Orçamento para 2018, que está aqui nesta Casa, já contempla um aumento das despesas de pessoal para, justamente, poder fazer frente a essas obrigações que serão - como eu já disse - cumpridas.

Não há nenhum risco com relação a isso por conta deste projeto de lei. O PL nº 920 cumpre uma formalidade possibilitada por duas leis federais, a 148 e a 156. Elas já são leis, foram aprovadas e, no seu âmbito, já foi feita uma negociação da nossa dívida

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

do Estado com a União e com o BNDES. Em 2016, em vez de pagar 15,4 bilhões de reais com o serviço dessa dívida, nós pagamos 7,9 bilhões. Neste ano de 2017, em vez de pagar 15,9 bilhões, nós vamos pagar 9,2 bilhões. Até junho de 2018, que é o período em que ainda tem efeito a Lei Complementar nº 156, do governo federal, em vez de pagar 8,2 bilhões, iremos pagar 6,7 bilhões.

Portanto, em cada um desses anos, 2016, 2017 e 2018, nós estamos fazendo uma economia de pagamento de juros no total de 15,7 bilhões de reais. Então, foi um movimento não exclusivo do estado de São Paulo. Vinte outros Estados da Federação fizeram essa discussão com o governo federal, que resultou nessa renegociação bem-sucedida. Para o caso do estado de São Paulo, o efeito disso foi essa economia de 15,7 bilhões de reais de juros.

Do ponto de vista dos efeitos no estoque da nossa dívida, como houve também uma mudança nas regras de amortização, em vez de terminarmos o dia 31 de dezembro de 2016 com um estoque de 240,9 bilhões, houve também, como efeito dessa renegociação, uma redução de estoque de dívida. Pagamos menos juros e diminuimos o tamanho total da dívida. Ao invés de 240,9 bilhões, vamos ter um estoque de 223... Tivemos já, no final de 2016, uma redução de estoque. Portanto, uma redução de estoque de 17,4 bilhões. Não só diminuimos as obrigações ao longo do tempo, como também aliviamos o futuro.

Agora, então, falando do futuro: tem algum risco envolvido na aprovação do PL nº 920, com relação ao futuro? Não. (Manifestação nas galerias.) Por que não? Nós, o estado de São Paulo, assim como todos os demais estados e a União, os gestores públicos dos estados e da União, todos, felizmente, temos que cumprir e estamos sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, já está fixado há muitos anos, desde 2000... Há 17 anos, a lei estabelece alguns limites e alguns parâmetros para gastos públicos. Não estou falando de nenhuma lei recente ou da negociação recente que impôs um teto de gastos para o governo federal. Estou falando da Lei de Responsabilidade Fiscal; já estamos acostumados a trabalhar dentro dos limites dados por ela. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece tetos para despesas com pessoal.

Do ponto de vista de 2018, a Lei de Responsabilidade Fiscal, como todo ano já vinha acontecendo, estabelece um teto para despesas com pessoal do Executivo e dos demais poderes.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

No caso específico do Poder Executivo, que acho que é o poder com o qual há mais preocupação, este teto, para 2018, implica um limite prudencial de 71,4 bilhões de reais de gastos. Nós enviamos - está aqui na Casa - um Projeto de lei Orçamentária que propõe, para 2018, uma despesa de pessoal do Poder Executivo de 69,6 bilhões de reais. Portanto, está abaixo do limite prudencial, como o Estado vem fazendo há muitos anos, sem incorrer em qualquer uma das restrições que, se violássemos, se ultrapassássemos esse teto da Lei de Responsabilidade Fiscal, implicariam em não poder fazer contratações, não poder fazer aumentos ou reestruturações de carreiras.

Isso não vai nos afetar, não nos afetou, não está afetando e não nos afetará, pois estamos com o nosso orçamento equilibrado e este limite também não nos afeta.

O limite estabelecido pelo PL nº 920 para 2018 implicaria em um total de despesas com pessoal de 74,6 bilhões, acima do teto que já está dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É um teto que, do ponto de vista do estado de São Paulo, não tem efeito, não se aplica, pois está acima de outro que tem efeito anterior, que é o da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não tem nenhuma implicação do ponto de vista das despesas de pessoal.

Só para reforçar: a previsão de Orçamento para 2018 já prevê o que precisamos gastar a mais para cumprir quinquênios, sexta-parte, progressões e demais direitos adquiridos. Isso já está assegurado com o que foi enviado no Orçamento para 2018.

Com relação às demais despesas, temos uma situação também semelhante. Quanto às despesas correntes primárias do Estado para 2017, a previsão é que ela seja de 133 bilhões. A proposta de Orçamento da lei orçamentária prevê 138 bilhões. O limite - se fosse relevante - do PL nº 920 está acima, em 143 bilhões. Então, do ponto de vista das demais despesas - Saúde, Educação, Segurança e todas as outras despesas -, não está nos afetando e não nos afetará.

Com relação especificamente aos investimentos, que é uma preocupação de todos nós, porque, afinal de contas, na medida em que o Estado continua fazendo investimentos, temos a tranquilidade e a segurança de que o Estado, quando voltar a crescer, não terá gargalos de estrada, gargalos de infraestrutura e continuaremos podendo atender as necessidades da população.

E, aqui, uma ótima notícia: apesar da situação de queda das receitas que eu usei para começar minha explanação, o estado de São Paulo manteve os seus investimentos e manterá os investimentos. O Orçamento de 2018 também prevê que continuemos

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

fazendo investimento em um patamar bastante elevado, apesar da queda de receita, porque é importante continuar investindo. Não só temos que continuar cumprindo com as obrigações e mantendo o serviço para nossa população, apesar da recessão, como também precisamos continuar investindo, porque temos que garantir que o Estado tenha condição de se manter pujante e em crescimento no futuro.

Isso, felizmente, já está refletido no fato de que é no estado de São Paulo que a geração de empregos, nessa recuperação que começa agora, está mais forte. Nós estamos puxando o processo de recuperação do crescimento em larga medida, porque este Estado também manteve esses investimentos. São empregos e trabalhadores trabalhando nessas obras, nesses investimentos.

Para resumir, o PL nº 920 nos permite formalizar e finalizar um processo de renegociação que já economizou 15,6 bilhões em pagamento de juros. Pagamos menos juros, reduzimos o estoque, estamos alongando o prazo de quitação da dívida em 20 anos. Tem uma economia menor, mas também é importante, 405 milhões de pagamento de juros para o BNDES. No caso do BNDES, ao invés de alongar por 20, vamos alongar por dez o prazo de pagamento da dívida.

Caso não haja aprovação, uma das principais implicações será que ficaremos impossibilitados de usar um saldo de 4,5 bilhões de reais em operações de crédito já contratadas. Na LOA de 2018, já levamos em conta essa economia que eu mostrei que ocorre, também, em 18. Vamos ter que rever o orçamento de 18 e reduzir outras despesas, outros gastos, porque nós vamos pagar mais juros. E vamos ficar impossibilitados de contratar novas operações de crédito, que são fundamentais para continuarmos investindo.

Era isso que eu queria esclarecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Como se trata de uma audiência pública, há 20 inscritos. Eu gostaria, por favor, que pudessem me passar a lista dos inscritos. A primeira inscrita, representando o SindAlesp, é a Desirée. Só lembrando, como são muitos inscritos - são 20 entidades -, o tempo será de três minutos. O microfone desligará automaticamente após os três minutos. Os oradores podem ver que embaixo do microfone há um relóginho, para que possam acompanhar seu tempo e fazer sua conclusão.

Com a palavra Desirée.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

A SRA. DESIRÉE SÉPE DE MARCO - Em primeiro lugar, companheiras e companheiros, aceitem os cumprimentos dos servidores da Assembleia Legislativa, todos nós juntos na luta por melhor condição de vida e dignidade para todos os servidores públicos do estado de São Paulo; Sr. Secretário, Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, gostaria de agradecer ao senhor, deputado Barros Munhoz, e também, de maneira especial, à bancada do Partido dos Trabalhadores, que jogou um papel importante na realização dessa audiência pública.

Gostaria de tecer algumas considerações ao Sr. Secretário. Em primeiro lugar, secretário, pela sua fala dá a impressão de que a dívida é um produto recente. Nós não temos, dentro do projeto de lei encaminhado pelo Sr. Governador, na mensagem, por exemplo esse subsídio dessas manifestações que o senhor fez agora, aqui. E também não temos, vendo seu raciocínio, a sua memória de cálculo disso. Acho que é chegado o momento de o governo ser um pouco mais transparente em relação a essa situação econômica, porque os servidores públicos estão há muitos anos - isso só para falar do período do governo Geraldo Alckmin - pagando uma conta que efetivamente ninguém deu licença que se fizesse, e são orçamentos pessoais de famílias. (Manifestação nas galerias.) E ninguém nos perguntou sobre absolutamente nada. O senhor sabe que a Assembleia Legislativa é formada por uma base esmagadora de apoio ao governo Geraldo Alckmin. Temos que ter, da parte do líder do Governo, esse canal de comunicação com o Palácio, pela disposição do governador Geraldo Alckmin que, lamentavelmente, chama todos nós de Robin Hoods às avessas, na imprensa. Ele também é, porque ele também é servidor público. (Manifestação nas galerias.) Agente político é servidor público. Ele está se incluindo também, e isso precisa parar.

Peço ao senhor, como representante dele aqui - na realidade seria bom também que ele viesse conversar com os servidores dele -, algumas coisas: em primeiro lugar, gostaríamos de ter nos autos do processo a sua memória que resultou nesses slides, que nós anotamos para poder debater o projeto. Em segundo lugar, lembro-me de que no governo federal, antes de se fazer qualquer pacote, e num período difícil da política nacional, mesmo assim houve uma consideração com os servidores públicos, havendo um reajuste salarial. O governo Geraldo Alckmin - tenho que me ater a ele - não teve nenhum reajuste. Pergunto aqui sobre carreiras do Executivo; nós, da Assembleia

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Legislativa, temos a data-base, ficamos dentro dela e negociamos com a Mesa, mas é fundamental...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Gostaria de convidar agora o Sr. Douglas Izzo, da CUT-São Paulo, para que possa utilizar da palavra.

O SR. DOUGLAS IZZO - Boa tarde, companheiros, servidores que ocupam as galerias; quero saudar o presidente da Mesa; agradecer ao apoio das bancadas da oposição, que têm junto com os servidores feito o debate sobre esse projeto de lei, que para nós, da CUT, é uma legislação que vem para piorar a situação do conjunto de servidores públicos, que já estão há três anos sem reajuste salarial.

Gostaria que os companheiros que estão três anos sem reajuste levantassem as mãos. (Manifestação nas galerias.) É uma vergonha o secretário de Finanças vir aqui apresentar esses números que infelizmente não levam em consideração a situação daqueles que são servidores de várias secretarias e que têm o papel de servir a população na Saúde, na Educação, em diversos setores, observando aqui a peça orçamentária que o Governo apresentou para 2018.

É uma peça orçamentária que, inclusive, está abaixo do que ele está propondo, aqui, nesse Projeto nº 920. Não consegue corrigir nem a inflação. Na Educação é um por cento. Na Saúde é 0,48. Na Segurança Pública, é 0,12. Na Administração Penitenciária, é 0,17. Não ultrapassa o que vai ter de inflação nesse período.

Portanto, o que esse governo joga para a população do estado de São Paulo é a desvalorização do conjunto dos servidores públicos. Isso está expresso no fechamento de escolas. Isso está expresso na falta de condições dos servidores públicos na área de Segurança Pública. Isso está expresso na péssima condição dos companheiros da Saúde. (Manifestação nas galerias.)

Encerro, porque, infelizmente, só temos três minutos. Ouvimos dez minutos e temos que falar três. Quero dizer para o secretário, em primeiro lugar, que retire o projeto. Em segundo lugar, é necessário discutir esses números com o conjunto da população do estado de São Paulo em audiência pública nas câmaras municipais. Eu acho que aqui é um espaço importante para o debate, mas o debate tem que ser feito lá nas câmaras municipais, porque a população de São Paulo precisa saber o que vai

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

acontecer com a Saúde, com a Educação, com a Segurança Pública, com o corte de verbas que está sendo proposto pelo Governo do Estado, por meio do PL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, eu gostaria de convidar a Maria Izabel, a Bebel, da Apeoesp. Só lembro que a campainha soará quando forem transcorridos dois minutos e meio para que a pessoa possa ser alertada da conclusão, ao microfone, aos três minutos. Tem a palavra a Bebel.

A SRA. MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA - Bem, primeiramente cumprimento o presidente da Casa, Cauê Macris. Cumprimento todos os presentes, as entidades presentes e, também, o público presente, meus companheiros, funcionários públicos.

Começo dizendo o seguinte: vocês viram quantas vezes o representante da Fazenda disse que fez uma economia de 15 milhões com relação ao pagamento de juros? Eu chamo a atenção, também, para a seguinte questão: essa medida, na forma de projeto de lei, na verdade, é a materialização dos dois decretos que estão arrebatando a Educação, a Saúde e os serviços públicos do estado de São Paulo, porque nós já estamos há três anos com zero de reajuste e nós não vemos, na apresentação do secretário da Fazenda, do representante, nenhum indício de dizer: “Olha, tem isto. Tem pelo menos a revisão anual.” Nada é oferecido.

Eu chamo a atenção para o seguinte: como é que se fala em fazer com que nós tenhamos mais dois anos de zero de reajuste, de zero de investimento, e, ao mesmo tempo, ter a desoneração fiscal, que permite que empresas fiquem sem pagar impostos, ICMS? (Manifestação nas galerias.) Na Educação, são 25 milhões a menos no Fundeb. São 170 bilhões de desoneração. Esses são os números que o Dieese apresenta para nós.

Quer debater número? Vamos debater o número, mas vamos, também, mostrar a “desgovernança” desse governador, que não tem tido piedade para com os funcionários públicos. (Manifestação nas galerias.) Eu não estou fazendo, aqui, demagogia, mas tenho que ser sincera. Como é que quer ser governador, vislumbrar ser presidente, se não vai atender os grandes, aqueles que pagam impostos, que são senão os filhos e filhas da classe trabalhadora, que precisa de escola, de postos de Saúde, da Segurança? Há cada vez mais violência nas escolas. É lamentável.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Retire esse PL para que nós possamos, minimamente, começar a respirar. Forte abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra a Sra. Paula Pascarelli, da CSP-Conlutas e já depois, José Gozzi, da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Gostaria de pedir ao José Gozzi que já pudesse permanecer aqui próximo, para que possa assumir a palavra depois.

A. SRA. PAULA PASCARELLI - Boa tarde companheiros e companheiras, em nome de quem cumprimento todos os presentes.

É muito importante esse debate que estamos fazendo aqui. Por quê? Porque nós precisamos sair daqui com a retirada desse PL, nefasto não só para nós, servidores públicos, mas para o conjunto da população do estado de São Paulo.

Esse PL nada mais é do que a consequência do ataque que foi a aprovação da PEC nº 55, do governo federal, e sabemos muito bem à custa do que foi aprovada essa PEC, que também foi um ataque ao povo brasileiro.

Essa PEC, entre aspas com a justificativa de combate à crise, nada mais foi que uma negociação do que representou ontem, contra o presidente ilegítimo Michel Temer. Ontem foi barganhado 32 bilhões do recurso da Nação para garantir a impunidade de um governo ilegítimo.

Nós temos que trazer isso para o estado de São Paulo, porque isso também faz parte da negociação para a manutenção de muitos privilégios que vimos aqui e, inclusive, foram citados pela companheira que me antecedeu.

Portanto, companheiros e companheiras, é necessário a retirada imediata do PL nº 920, porque não é um ataque só a nós servidores, como eu já disse. É um ataque a todos os serviços públicos. Sabemos que o fechamento de escolas que está tendo, e o problema na Saúde, que os mais atingidos são os nossos filhos da classe trabalhadora, são os trabalhadores.

Nós sabemos a situação que se encontram, hoje, os trabalhadores do estado de São Paulo. Nós temos que valorizar, temos que pôr as crianças na escola, temos que valorizar os serviços públicos. Essa PEC é o contrário. Se o secretário - que explanou muito bem os números - diz que não é necessário o PL porque ele não atinge a Lei de

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Responsabilidade Fiscal, então para que implementar o PL? Então é a retirada imediata desse PL, é isso que nós queremos! (Palmas.)

Nós queremos ao contrário, mais investimento na Saúde, mais investimento na Educação, queremos nossos filhos dentro da escola. Não queremos nossos filhos morrendo nas periferias das grandes cidades e, principalmente, na cidade de São Paulo. É isso que queremos, e para isso é necessário a retirada imediata do PL. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. José Gozzi, da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Lembrando que já temos o próximo inscrito, Adolfo Benedetti Neto, o Pardal, do Sinjuris. Que possa já, por favor, permanecer aqui próximo.

O. SR. JOSÉ GOZZI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Secretário, boa tarde.

Mostrar em números é muito fácil. É preciso ver o número real que está no bolso dos servidores, há três anos sem reposição. (Palmas.)

Sem reposição! Olha só, dois anos em que não haverá investimentos no estado de São Paulo. Isso está claro no PL nº 920, claríssimo para todos nós. Ontem estivemos aqui conversando sobre o Hospital do Servidor Público Estadual, pedindo para - pelo amor de Deus - o governo colocar os dois por cento dele, porque só vivemos com os dois por cento dos servidores. (Palmas.)

O hospital está um caos. O senhor já imaginou, agora, suspender os investimentos no Hospital do Servidor Público Estadual? Vai fechar, com clareza vai fechar. Sou do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O Tribunal encaminha um orçamento para o Estado, todo ano, que o governador e a Secretaria corta em 50% a verba necessária para o Judiciário.

Não vai ter investimento para os próximos dois anos? Vai fechar. Mas sabemos qual é o caminho que queremos: retirada do PL nº 920. (Palmas.)

Vamos discutir com a sociedade o PL nº 920. E mais: a nossa reação começa aqui, mas vai longe. Amanhã o serviço público estará parado. Amanhã não teremos serviço público, porque nós estaremos na rua contra o 920. Nós estaremos o tempo inteiro pela retirada do 920. É isso.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. Pardal, da Sinjuris.

O SR. ADOLFO BENEDETTI NETO (Pardal) - Boa tarde a todos os companheiros, boa tarde ao deputado Cauê Macris, que aqui representa a Mesa e todos os deputados presentes. Quero deixar claro, secretário, que o senhor veio aqui representar o governador e o senhor assim o faz muito bem, porque o senhor veio elencado e determinado por ele.

O senhor fez uma explanação aqui rápida, eficaz e excelente dos números que compõem o Projeto nº 920, mas em momento algum foi falado qual seria a solução referente aos nossos salários. Toda vez que se arrocha o estado, quem paga é o trabalhador. Toda vez a classe trabalhadora tem que pagar uma conta que não é dela. Nós estamos em um país, em um estado onde banco vira cueca, onde carro forte vira mala de transporte de dinheiro, e nós não temos soluções.

Quem sempre paga por isso é a classe trabalhadora. Nós estamos aqui para dizer “Não!” Nós não vamos admitir ataque a nossos salários. Nós não vamos admitir, em momento algum, ataque aos nossos direitos. A palavra aqui não é mais discutir número, companheiros. A palavra aqui agora é resistência, é dizer “Não”.

Estes dias vieram contra nós com a reforma trabalhista. Agora tem uma cláusula chamada intermitente, segundo a qual o trabalhador, quando falta ao serviço, vai ter que repor 25% para o patrão, e nós ficamos calados, nós deixamos isso acontecer. O Projeto nº 920 e a reforma da Previdência são um ataque nefasto contra a classe trabalhadora. Acabou o momento de discutir número, o momento agora é de atitude.

Amanhã a classe trabalhadora, o servidor público, estará na Paulista. Temos que nos levantar, temos que dizer “Não”. Estão tirando nossos direitos. Pessoas morreram em portas de fábrica, mulheres foram queimadas, e as pessoas nas quais nós depositamos nossos votos, acreditando nelas, estão votando e tirando todos os nossos direitos. E nós estamos sentados.

Essa juventude já não se aposenta mais, e nós vamos ficar até quando de boca fechada? O que está ocorrendo aqui hoje ocorre tão somente porque dia 17 nós dissemos não e viemos para esta Casa. Milhares de trabalhadores têm se levantar e dizer “Não!” Não dá mais para ser refém de números. A realidade está aí: ou rasgamos a

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Constituição, ou lutamos pela garantia dos nossos direitos e dos nossos filhos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. Mateus, da Intersindical.

O SR. MATEUS - Boa tarde a todas e todos. Evidentemente viemos aqui na Intersindical somar na luta pela retirada desse projeto, mas é preciso dizer que esse projeto é apenas mais uma etapa de um conjunto de políticas que já dura quase 20 anos. Na prática, os últimos três anos já têm sido a aplicação desse projeto, que é de congelamento salarial e de congelamento dos investimentos.

Esses números de ajuste fiscal que foram apresentados têm uma origem. A origem é zero de reajuste salarial, a origem é fechamento de sala de aula, é fechamento de escola, é fila para ser atendido no posto de saúde, é gente morrendo antes de ser operada. É assim que se faz esse ajuste fiscal, com uma imensa irresponsabilidade social, que é a base nesse governo. Conseguir fechar as contas de um lado e não garantir direitos sociais de outro.

O representante do governo falou aqui como se a crise fosse algo que começou no começo desse governo, mas esse governo já dura mais de 20 anos; é quase uma dinastia. Em momentos anteriores, quando a arrecadação no estado de São Paulo batia recorde, essa arrecadação alta não era repassada para os servidores, não era repassada para os investimentos. O crescimento salarial, o aumento dos investimentos não se deu na mesma proporção que o crescimento da arrecadação quando não havia crise econômica. E agora, quando há crise econômica, de onde se retira? Das áreas sociais. E por outro lado outras medidas que poderiam apontar soluções para os gastos do governo não são tomadas, inclusive por esta Casa, que se especializou sem arquivar todas as denúncias contra o Governo do Estado de São Paulo. Nenhuma CPI aqui é aberta para investigar o que acontece nos contratos do Metrô, o que acontece nos contratos do RodoAnel. É um profundo silêncio nesse sentido. A Casa não funciona com autonomia. Esta Casa tem que ter autonomia e tem que abrir o debate público para que o povo de São Paulo possa se informar sobre o que acontece, dar a sua opinião, que com certeza será de que não aguenta mais congelamento salarial, e que não aguenta mais tão pouco investimento nas áreas sociais.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

E por fim, o representante do governo aqui também falou como se a legislação federal, como se as políticas federais não tivessem relação com o estado de São Paulo; tem relação.

A principal base de sustentação do governo golpista do Brasil é a bancada do governo Geraldo Alckmin. É ela que sustenta o governo golpista. Vimos, há poucos dias atrás, a vergonha que foi os deputados que são base do governo...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra neste momento, João Marcos, presidente da Afuse.

O SR. JOÃO MARCOS - Boa tarde a todos e a todas. É engraçado, quando vimos aqui discutir e falar do bolso dos outros esse governo é uma maravilha. Ele se esquece de avisar que vem com o PL 920, que para nós tem que ser retirado, não existe debate de PL em lugar nenhum. Se ele se diz ser tão bom eu faço um desafio para o secretário do governador que está dizendo, aos quatro cantos, que é o melhor administrador deste País e apresenta um índice de aumento para o funcionalismo dentro desse PL. Você disse na mídia que o PL 920 não empaca, ele não vai barrar índice de reajuste. Mentira! Estamos cansados das mentiras do PSDB. Temos em São Paulo o pior salário do Brasil. Hoje não dá para um servidor de escola viver com 900 reais por mês, hoje não dá para ir para a Saúde se não temos dinheiro para condução para isso. Os senhores têm que dar graças a Deus, principalmente o governador, que a escola ainda é o que é, o posto de saúde é o que é, a Saúde é o que é, a Segurança Pública é o que é graças a esse povo que está aqui, que acredita que o Estado vai bem, que acredita e aposta que o serviço público de qualidade é merecimento da população.

Essa é a qualidade de serviço que nós damos à população. Somos nós que abrimos os postos de saúde às seis da manhã, somos nós que abrimos as escolas às seis da manhã, são os policiais, militares e civis, que estão correndo atrás de bandidos, com esse salário e sem material para correr atrás, enquanto o nosso governador está batendo palma nos quatro cantos deste País, dizendo que é o melhor administrador. Faça-me o favor, de boa intenção o inferno está cheio!

O que nós queremos é ação, queremos posição deste governo em relação a reajuste salarial. Não dá mais para servidor público pagar conta neste Estado. É impossível chegarmos ao final do mês sem salário, sem dignidade, sem reconhecimento.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Fizemos concurso público, não entramos através de gabinete, tampouco de indicação de ninguém. Sou servidor público há 30 anos. Prestei concurso público com muito orgulho. Sou agente de organização escolar. Represento a minha comunidade e digo que a Educação tem jeito, a Saúde tem jeito e a Segurança Pública, também, tem jeito, desde que quem está lá no Palácio dos Bandeirantes tenha responsabilidade e saiba, de fato, o que é respeitar o serviço público e a população de um modo geral. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra o Rene Vicente, da CTB São Paulo.

O SR. RENE VICENTE - Boa-tarde, servidoras e servidores públicos, que atendem à população 24 horas por dia, 365 dias por ano, com dignidade e respeito.

Infelizmente, o governo de Geraldo Alckmin vira as costas para o funcionalismo público. Não atende, como deveria, a esses trabalhadores e trabalhadoras, como os companheiros da Segurança Pública, que enfrentam as maiores dificuldades no dia a dia e sequer são respeitados. Eles têm seus salários aviltados, não recebendo aumento como deveriam.

Infelizmente, o governo federal do ilegítimo e golpista Temer, o governo estadual e o governo municipal vêm seguindo a lógica do “rentismo”, como nós vimos recentemente: seis pessoas no País têm mais dinheiro do que 100 milhões de habitantes. Isso é culpa de uma lógica que prioriza o rendimento, em detrimento do crescimento econômico com valorização do trabalho. Nós, da CTB, defendemos que seja abortada a ideia do PL 920. Defendemos, ainda, que seja feita uma auditoria da dívida pública, para que possamos saber quem são, realmente, aqueles que sonégam, que não pagam o que deveria ser cobrado, com eficiência, pelo Governo do Estado, o qual não faz isso. Sonega essa cobrança, sonega os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público no dia-a-dia.

Vemos, por exemplo, os trabalhadores da Fundação Florestal, que protegem nossos parques públicos, mas estão há três anos sem aumento salarial. Vemos, também, os trabalhadores do Metrô... Ontem, estávamos na porta da sede da Administração do Metroviário, na Rua Boa Vista, onde um companheiro diretor sindical foi mandado embora por justa causa porque foi agredido por um usuário, no seu trabalho, no dia-a-

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

dia. Essa agressão se dá pela falta de concurso público em todas as áreas de Educação e Saúde.

Na Sabesp, assistimos à entrega da maior empresa de saneamento a essa lógica do “rentismo”, através da criação de uma holding. No Metrô, vemos a entrega da Linha 5 à iniciativa privada e a privatização das bilheterias. Investimento, sim; corte de gasto, não! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra Neusa Santana, presidente do Sinteps.

A SRA. SÍLVIA - Boa tarde a todos. Apenas para corrigir: meu nome é Sílvia e sou presidente do sindicato. A Neusa estava aqui representando o sindicato enquanto eu não chegava. Mas tanto faz: qualquer um da direção representa nosso sindicato. Somos do Sindicato dos Trabalhadores das Etecs e Fatecs, em relação às quais o Governo do Estado de São Paulo faz questão de fazer tanta propaganda, mas que vive exatamente a mesma crise do funcionalismo público do estado de São Paulo: três anos sem reajuste e alunos sem merenda. Só depois da ocupação dos estudantes, começaram a receber merenda. O orçamento do Centro Paula Souza e de todas as outras secretarias está sendo contingenciado ano a ano.

Aquilo que vai na peça orçamentária nunca é a realidade do que é praticado. E aqui estamos, sem reajuste de salários e sem que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados pelo Governo do Estado de São Paulo. A dívida que o governo paga, ele paga com o nosso salário, com o nosso zero de reajuste anual.

Não existe a necessidade desse PL. O que existe é a necessidade de o governo ouvir o que a população - não só o funcionalismo - fala para ele em todas audiências públicas que a Comissão de Finanças desta Casa faz. Há uma pesquisa que eles fazem em cada audiência. A população que participa das audiências públicas pede investimento em Educação, Saúde e Segurança, que são feitas por nós, servidores públicos do estado de São Paulo. E nós não somos respeitados por esse governo há anos. O fato de ele nos dar 0% de reajuste há três anos é uma falta completa de valorização conosco.

Portanto, esse projeto vem na linha do golpe de Estado que ocorre neste País, para tirar mais ainda direitos dos trabalhadores. E temos de dizer não ao PL 920. Retire esse

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

projeto imediatamente, e faça discussão com a população do estado de São Paulo que, certamente, dirá não a esse projeto também.

Valorização dos servidores públicos e dos serviços públicos já! (Manifestação nas galerias.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, para dizer que o Facebook da Assembleia Legislativa não está transmitindo. Esse é o único evento importante que estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado José Zico Prado, eu estava até agora assistindo, tanto é verdade que vários deputados compartilharam. (Manifestação nas galerias.) Eu peço para que a diretoria de Comunicação, se houve algum problema técnico, coloque imediatamente todas as redes da Casa para transmissão ao vivo. (Manifestação nas galerias.)

Neste momento, eu queria quebrar um pouco a ordem do que nós combinamos. Vamos abrir exceção para o deputado João Paulo Rillo usar da palavra por cinco minutos, uma vez que estamos na metade dos oradores inscritos. E, depois, para manter equilíbrio, abriremos também para o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, para então retomarmos os outros dez inscritos.

Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, servidores, eu peço licença e vou tentar falar num tempo mais rápido possível para que outras entidades tenham oportunidade. É muito importante combinarmos uma coisa aqui. Primeiro, quero testemunhar uma coisa a vocês. Faz seis anos que estou nesta Casa e já fiquei triste com a divisão de categoria. Muitas vezes, Polícia Militar contra Polícia Civil; às vezes, professor contra servidor de escola; defensor público contra servidor da Defensoria. Isso me deixava muito triste porque, às vezes, o governo joga para nos dividir. Dessa vez, a crueldade foi tão grande que eu nunca vi uma unidade tão grande como essa nesta Casa hoje. (Manifestação nas galerias.)

A crueldade do Sr. Geraldo Alckmin uniu a classe trabalhadora de servidores em São Paulo; uniu parte dos deputados. Quero fazer um destaque importante: está presente aqui o deputado Coronel Telhada e o deputado Camilo, que são da base do governo,

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

mas que já se posicionaram radicalmente contra esse projeto. E isso é muito importante. (Manifestação nas galerias.)

Este governo, entre 2014 e 2016, abriu mão de 42 bilhões de ICMS por desoneração para beneficiar sonegadores do estado de São Paulo. Eu queria me dirigir ao secretário, dizendo que não é absolutamente nada pessoal contra o senhor. Mas o governo que o senhor representa não é digno de confiança. Os números apresentados são escandalosos. Todos os técnicos, todos os advogados de todos os sindicatos analisaram, e todos eles são unânimes. É óbvio que vai ter retração no Estado; é óbvio que vai ter congelamento de salário; é óbvio que vai ter perda de benefícios. No entanto, o senhor vem com outros números aqui. E para atestar a minha tese de que vocês não são dignos de confiança, em relação à Peça Orçamentária deste ano, a Constituição diz que o Estado deve investir 30% em Educação. A Peça Orçamentária consta 25%: eles roubaram 5% da Educação. Não dá para confiar num governo como o do estado de São Paulo age.

Eu não preciso me alongar porque eu estou muito contemplado com as falas dos meus companheiros servidores. O que eu peço a vocês? É importante ir para a rua, como vão amanhã, para dialogar com o povo de São Paulo. Só que a maldade vai ser ou não consolidada nesta Casa. Portanto, nós estamos pedindo para tirar; se não tirar, temos que ter um pacto, deputados e povo, porque esta é a Casa do povo. Se não tirar, nós não vamos deixar votarem esse projeto aqui. Vamos ocupar até ele ser retirado.

Eu encerro propondo este pacto a todos nós, e aos deputados que aqui estão: não deixaremos votar o projeto como está! Essa é a nossa conversa e a nossa palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa, o envio desse projeto para esta Casa, com todo o respeito, meu caro secretário, foi a maior burrice que eu já vi na minha vida. Um verdadeiro tapa na cara de quem já está sofrendo sem aumento de salário há três anos.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Depois de três anos de sofrimento, sem aumento, os servidores de São Paulo, que são o sustentáculo deste estado, recebem a notícia de um projeto com este teor. O pior é que, em Minas, os funcionários também foram surpreendidos com um projeto idêntico. Esse projeto não foi redigido em São Paulo; esse projeto foi redigido em Brasília. O texto do Artigo 2º do projeto de Minas é exatamente igual ao texto do projeto de São Paulo!

Pro Brasilia Fiant Eximia. Non Dvcor Dvco. Esses são os slogans desta terra de bandeirantes! Ninguém precisa nos enfiar goela abaixo um projeto de lei que, além de tudo, é burro. Ele fala o que não é para ser feito. Eu já vi burro querer esconder que é burro, mas burro já saber que é burro, eu nunca tinha visto!

Esse projeto diz o que não vai ser feito. É mentira que vai haver tudo isso que está escrito aqui. Não é verdade. Então, para não me alongar mais, eu quero propor duas coisas. Eu vejo aqui vários companheiros de bastante tempo de estrada. Sempre convivemos e sempre soubemos buscar entendimento. Não basta a gente ficar aqui defendendo maiores salários, não basta a gente ficar aqui defendendo aumento para juiz, promotor, desembargador, não basta a gente ficar defendendo aumento para defensor público. Isso é fácil! Para esse pessoal não está nada ruim e não falta aumento, tem aumento todo o ano.

Eu tenho duas propostas. Por favor, Sr. Presidente, duas propostas.

Esse projeto só pode ir para pauta sem passar por comissões ainda daqui mais um mês, ou perto de um mês. É tempo bastante para Vossa Excelência, que tem conduzido extraordinariamente bem e competentemente esta Casa, determinar: “o projeto não anda na comissão”.

Vamos nos reunir com as entidades, mas não assim, não no Pacaembu, como nós fizemos por ocasião da lei da SPPrev. Cinco entidades. Não são três minutos para cada uma, mas meia hora para cada uma. Começa de manhã e vai até de noite. Depois mais cinco, depois mais cinco. Vamos ficar aqui o dia inteiro. Vamos ficar aqui até buscar uma solução, uma redação que não agrida o funcionalismo, como a redação desse projeto está agredindo.

Em segundo lugar, vamos fazer uma corrente, porque eu sou líder do Governo sim, e não tenho nenhum problema em dizer que sou, mas eu não renego meu passado. Meu passado de prefeito, de secretário da Agricultura e de ministro da Agricultura, que sempre respeitou o servidor público deste país, tão injustiçado e tão massacrado.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Por isso, eu peço o seguinte, não à bancada do PT, do PSOL, do PCdoB ou a nós, da Maioria, vamos fazer um pacto, e vamos propor ao governador Geraldo Alckmin: “Governador, já demos o 253, já demos o 57, já demos o fundo imobiliário, a arrecadação cresceu, as privatizações renderam, precisa ser dado o reajuste urgente para os servidores públicos do estado de São Paulo”. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o Roberto Guido, representante do Sinpeem.

O SR. ROBERTO GUIDO - Companheiros, companheiras, funcionários públicos do Estado de São Paulo. É lamentável que um representante do governo venha a esta casa dizer que economizou ou economizará 15,7 bilhões de reais. Para quê? Para pagar o rentista, para pagar os banqueiros.

É lamentável que um representante do governo venha aqui dizer que vai economizar, ou economizou, 49 bilhões com desonerações, aliás. E aí, a pretexto disso, não promete nada para a recuperação dos serviços públicos no Estado de São Paulo.

De fato, provavelmente Geraldo Alckmin, que vem destruindo os serviços públicos do estado, deve ter refletido. “Olha, esse projeto pode ser a pá de cal nas minhas pretensões eleitorais para a Presidência do país. Corre lá e diz para retirar esse projeto”.

É melhor que assim seja, mas nós vamos continuar na luta constante para a defesa dos serviços públicos. Esse governo, que investe na Tamoios, para privatizar, abrindo mão de ampliar o sistema metroviário no Alto Tietê, é o mesmo que tira a periferia da Linha 17 para privatizar a Linha 5 e atender a população rica, do Morumbi até o aeroporto.

Para fazer o quê? Privatizar. Portanto, a nossa luta é constante pela retirada desse projeto e em defesa dos serviços públicos no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o Lineu Neves Mazano, presidente da Fessp.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. LINEU NEVES MAZANO - Quero cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa, presidindo esta audiência pública, cumprimentar todos os deputados, todos os servidores públicos e entidades presentes.

É um momento muito importante para um debate tão extraordinário que é esta loucura de o Governo de São Paulo encaminhar um projeto desses à Assembleia Legislativa.

Ao cumprimentar o presidente, eu já tinha preparado a minha listinha, era intenção cumprimentar também o deputado Barros Munhoz. Ele falou antes de mim, mas eu já tinha colocado isso, por quê? Porque tivemos oportunidade de dialogar com o deputado Barros Munhoz e ele demonstrou, quando esclarecemos a ele, logo nos primeiros dias em que o projeto chegou, irritação, como ele disse, por tamanha burrice.

Quero agradecer também ao deputado Alencar Santana Braga, líder do PT, que atendeu, juntamente com a bancada, a apresentação de algumas emendas. Da mesma forma ao deputado Campos Machado, que também atendeu ao nosso pedido.

Falo em nome da Nova Central Sindical - participo da diretoria nacional da Nova Central Sindical dos trabalhadores. Como integrante desta luta e dirigente da Nova Central tenho participado das lutas em Brasília e sei que este projeto foi preparado lá com participação dos secretários de Estado. Todos os secretários participaram da elaboração da Lei federal 156 a mando dos governos, especialmente do governo Alckmin, a que este Projeto 920 está submetido. O que o secretário disse não é verdade, porque quando se trata de limite de gastos primários, são todos os gastos primários menos investimento e pagamento da dívida. Portanto, um projeto que veda aumento de salário, veda aumento no investimento em políticas públicas e sociais.

Aproveito também para fazer uma reivindicação: vários sindicatos da Segurança Pública são filiados à nossa federação. Eles tentaram se inscrever e foram barrados na sua inscrição. Portanto, reivindico que haja espaço para as entidades da Segurança Pública.

O tempo passa muito rápido, mas depois da fala do deputado Barros Munhoz, líder do Governo, ficou muito claro que devemos ter, sim, um grupo de trabalho para discutir, dentro do diálogo, um projeto que possa tratar dessas questões de interesse geral...

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Fábio Moraes, da CNTE.

O SR. FÁBIO MORAES - Boa-tarde. Cumprimento a Mesa na pessoa do presidente, cumprimento este plenário bonito de servidores públicos na pessoa da presidente da Apeoesp Profa. Bebel, inclusive pelo número importante de professores que ocupam lugar nesta plenária.

Início minha fala dizendo que ninguém, depois do dia de ontem, quando bilhões foram jogados no Congresso Nacional, vai nos convencer que os servidores públicos têm de pagar essa conta. Não vamos cair nessa.

Segundo, e muito importante, porque o funcionalismo público é quem segura o Estado na ponta e no estado de São Paulo, infelizmente, não há reconhecimento por parte do governador Geraldo Alckmin, que apresenta um projeto desses - este é o presente que o governador do Estado oferece ao funcionalismo no Dia do Funcionário Público. Mostra que não tem respeito algum pelos servidores públicos do estado de São Paulo. (Manifestação das galerias.) Mas se audiência pública tem algum significado - e esperamos que tenha - espero que o secretário leve o recado para o governador que ele não convenceu ninguém neste plenário. Portanto, a retirada do projeto seria sensata por parte do governo. Também, é importante dizer que nesse último período o estado de São Paulo teve uma bolsa para os ricos através de renúncia fiscal de 148 bilhões de reais. Bolsa para o rico tem. Quer cortar em cima do funcionalismo público e não vamos aceitar. Queremos uma auditoria nessa dívida, porque quanto mais você paga, maior ela fica.

É incompetência na gestão do recurso público, porque estamos no Estado mais rico do nosso País e aqui reivindicamos serviço público de qualidade, a retirada imediata desse projeto que não convenceu nem o líder do Governo e não convenceu nenhum de nós. Leve esse recado e que queremos sim o serviço público e a valorização de cada um. O ideal aqui, secretário, seria dizer e apresentar o índice de reajuste para as diversas categorias, que é isso que esperamos do Estado mais rico do País, porque estamos devendo nos bancos. O serviço de Saúde é precarizado porque não tem investimento do governo.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. Ernesto Puglia Neto, do Defenda PM.

O SR. ERNESTO PUGLIA NETO - Meus amigos e minhas amigas, sofredores públicos do estado de São Paulo, nosso presidente da Mesa, os Srs. Deputados que estão presentes, principalmente nossos representantes, Coronel Telhada, Coronel Camilo, nosso deputado federal Major Olímpio, meus amigos e minhas amigas, mais uma vez ouvindo toda a explicação que foi passada pelo nosso secretário dá para entender que os fins podem até ser muito bons, mas quem paga a conta é o funcionalismo público.

Do jeito que está, Sr. Presidente, o PL 920/2017 não pode ficar, não pode seguir em frente. Tem um texto que foi projetado no qual o nosso secretário fala claramente que o PL 920/2017 não implica restrição, aumento salarial ou qualquer tipo de direito ou benefício, como quinquênio e sexta parte. Então, que isso fique claro na lei, muito bem claro, porque senão essa conta vai ser repassada mais uma vez para o funcionalismo público.

Nós já estamos há três anos sem aumento. No caso da Polícia Militar que não pode ser sindicalizada como muitos sindicatos estão presentes, não temos esse direito de ser sindicalizado. Foi falado em manifestação amanhã na Av. Paulista. O policial militar não vai para a Av. Paulista fazer manifestação, porque lhe é vedado o direito à greve também. Em contrapartida, a Polícia Militar do Estado de São Paulo é, pelo nosso próprio secretário, pelo nosso próprio governador, dita a melhor polícia do Brasil, que bate metas e bate índices a todo momento.

Ontem mesmo, foi passado que tivemos uma queda nos índices criminais. Onde está o reconhecimento então do nosso governador por parte do trabalho que é feito pelo policial militar? O que nós queremos, Sr. Presidente, é que esse PL seja retirado como está, que seja emendado por conta do trabalho de V. Exas., mas que conste absolutamente o registro claro nesse PL da manutenção dos direitos e garantias de todo o funcionalismo público, porque senão quem vai pagar a conta é novamente o policial, o professor, os funcionários deste Estado, que cada vez mais estão sendo vilipendiados pelo governo.

Muito obrigado.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. Guilherme, do CCM Iamspe.

O SR. GUILHERME NASCIMENTO - Saúdo a Mesa, boa tarde companheiros e companheiras de plenário e de galeria, eu sou o Guilherme Nascimento, presidente da CCM Iamspe, que ontem esteve nesta Casa debatendo sobre os problemas da Saúde do funcionalismo.

Falar do Projeto nº 920, depois que o próprio líder do Governo disse que ele não serve para nada, é reafirmar o óbvio, mas algumas considerações devem ser feitas. Quando falamos em congelamento no setor público, depois de três anos sem reajuste, isso significa uma maldade sem limites desse governo Alckmin. Já estamos mais ou menos acostumados com as maldades do PSDB ao longo do tempo. Percebemos que a capacidade de inventar maldades é muito ampla e extremamente criativa. Com qual finalidade eles vêm com este Projeto nº 920, que congela investimentos?

Com a finalidade de pagar juros para os bancos. Ora, além de pegar esse congelamento do serviço público para o pagamento de juros, o Governo do Estado ainda isenta e não vai atrás de sonegador. Caramba! Não é mais fácil fazer isso? Buscar dinheiro para investir no serviço público e na Saúde do servidor público? Pessoal, congelar por mais dois anos significa mais dois anos com o orçamento do Iamspe da mesma forma.

Hoje, o Orçamento do Iamspe é de um bilhão e 200 milhões. Esse orçamento não atende às nossas necessidades. Não conseguimos internação no hospital, não conseguimos marcar exames, consultas médicas, nem procedimentos. É isso que o governo vem propor para nós: mais dois anos sem saúde e mais dois anos de maus-tratos para o funcionalismo público. Portanto, senhores, não há muito que dizer. Este projeto é uma tragédia e não pode passar. Portanto, retire o Projeto nº 920, Alckmin. Ele não serve para nós. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o cabo Wilson, da Associação dos Cabos e Soldados e ex-deputado desta Casa.

O SR. WILSON MORAIS - Boa tarde a todos os servidores públicos presentes. Primeiramente, presidente Cauê Macris, quero pedir a Deus, ao nosso bom Deus, para

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

iluminar o governador do estado de São Paulo para não fazer essa maldade que ele quer fazer com os servidores públicos na última reta, na saída do governo. É um prêmio que ele vai dar aos servidores públicos, aos professores que apanham dentro das salas de aula e aos policiais que morrem quase que diariamente.

Só neste ano, companheiros, foram 110 policiais mortos em razão do serviço; 300 policiais militares sofreram tentativa de homicídio. Cem por cento dos servidores públicos - e isso é público e notório, secretário da Fazenda e presidente Macris - devem consignado aos bancos. Por que isso? Tivemos um último aumento na Copa do Mundo passada. Vamos esperar para ter outro aumento depois da próxima Copa do Mundo? Aumento não, reajuste salarial. Faz anos e anos que nós, os servidores públicos, não temos aumento.

Eu só quero dizer o seguinte, presidente: não vou nem tomar os três minutos, mas são professores, companheiros da Saúde, policiais militares e policiais civis que honram o serviço público. Como foi falado aqui, a polícia de São Paulo é a melhor polícia do Brasil e uma das melhores do mundo. Os professores dão 12 e, às vezes, até 16 horas de aula. São oito no Estado mais oito no Município, ganhando a miséria que ganham.

Meu Deus do céu, onde está aquele governador que elogia a Saúde, a Segurança Pública e a Educação? Na saída do governo, deixa um prêmio desses para todos nós, servidores. Para encerrar as minhas palavras, foi dito pelo líder do Governo, que está há anos e anos no partido do Governo, que este projeto não deve prosseguir.

Então, a Associação de Cabos e Soldados, a CERPM... São 17 entidades da Polícia Militar que participam e que eu presido no momento. Queremos a retirada desse Projeto nº 920.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos os servidores públicos do Estado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra a Adriana Borge, representando a Afapesp, lembrando que ela falará por apenas um minuto e trinta. Peço que o próximo orador, com quem ela vai dividir o tempo, já fique na tribuna.

A SRA. ADRIANA BORG - Boa tarde a todos. É lamentável ter que dividir um minuto e meio para cada representante da Segurança Pública. Venho representar a

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Polícia Civil, os sindicatos aqui presentes, o sistema carcerário e também a família da Segurança Pública, a Polícia Militar.

Hoje, estamos aqui, em um minuto e meio, para dizer: Fora, Alckmin! Fora, Alckmin, governo corrupto! Estamos cansados de morrer à míngua e esse desgraçado vem mais uma vez aqui para enfiar goela abaixo um pacote de maldades.

Então, hoje, viemos aqui para dizer que não vamos permitir que isso aconteça e convocar os senhores para que, amanhã, em peso, às 13 horas, na Av. Paulista, compareçam para que fechemos a cidade e mostremos a força do funcionalismo público. A Segurança Pública sairá da frente do Palácio da Polícia Civil, às 13 horas da tarde.

Muito obrigada a todos.

O SR. LUCIANO GALESCO - Boa tarde, pessoal, presidente e representantes.

Sou o sargento Galesco e estou representando a Comissão dos Praças Eleitos. Somos 101 no estado de São Paulo. Queria dizer que é lamentável o líder do Governo vir falar em leis aqui, já que eles não cumprem a lei. Nossa Constituição fala que todo funcionário público deve ter reajuste todo ano. Eles não cumprem a lei e vêm falar de leis conosco. Estamos de olho nesse governo, que nunca mais vai ganhar, nem para síndico. (Manifestação nas galerias.)

Contamos com o apoio de todos vocês. Somos policiais morrendo nas ruas, socorrendo professores em sala de aula, e médicos e enfermeiros passando apertado com a Segurança Pública. Nós socorremos todo mundo, agora precisamos de socorro e esse infeliz vem falar isso para nós.

Obrigado a todos. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, tem a palavra o Antônio Luís de Andrade, representando o Fórum das Seis.

O SR. ANTÔNIO LUÍS DE ANDRADE - Boa tarde a todos. Meu nome é Antônio Luís e estou falando pelo Fórum das Seis, que representa as universidades estaduais paulistas.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Elas estão sendo destruídas. Nossos pesquisadores, nossos cientistas, nossa pesquisa de base, toda a cultura e o desenvolvimento científico tecnológico deste Estado estão sendo destruídos e dilapidados por esse governo e pelo governo federal.

A falta de investimento... A permanência estudantil, para que os alunos cotistas possam permanecer na universidade, está sendo tratada como coisa de segunda categoria, que não merece respeito do Governo do Estado dentro dessas políticas.

Então, estou aqui para deixar claro que estamos envolvidos nesse processo. As universidades, este ano, não vão pagar o 13º de seus servidores, pois não têm recursos para isso. E o governo fica dando dinheiro para o setor privado, com isenções fiscais, com mais de 180 bilhões de isenção no último período.

Querem falir o Estado, querem falir as universidades públicas e nós não vamos permitir que isso ocorra. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, convido a Nayara, da UNE, para falar em nome dos estudantes.

A SRA. NAYARA SOUZA - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o presidente da Casa, todos os líderes, representações, professores, professoras e todos os servidores públicos que estão aqui.

Queria começar dizendo que, quando desmontamos os serviços públicos de nosso País, nós simplesmente viramos as costas para a soberania da Nação. Estamos falando que esse PL vai tirar investimentos dos serviços que são estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Como se não bastasse a PEC nº 95, que retira os investimentos da universidade, queria fazer coro para o Fórum das Seis, para os Sinteps, para a Apeoesp, que pautaram sobre Educação, pois quando tiramos investimentos da Educação, estamos tirando investimento da Ciência e da Tecnologia, estamos tirando a possibilidade dos estudantes de continuar estudando e de se formar, estamos tirando a possibilidade dos professores de avançar em seus planos de carreira, de ter melhores remunerações, de poder servir, de fato, ao que precisamos, que é melhorar e avançar na formação de cidadãos e cidadãs.

O secretário vem aqui e apresenta uma série de números sem relevar, sem levar em conta a importância da vida das pessoas. Esse PL vai matar seres humanos. Estamos

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

falando que pessoas morrem todos os dias na fila de hospital por conta da precariedade que é o serviço público. Estamos falando das universidades, que, cada dia menos, têm investimento do governo. Estamos falando que estamos deixando os serviços públicos no limbo. Policiais militares morrem, pessoas morrem, trabalhadores e trabalhadoras cada dia têm mais as suas vidas sendo levadas de lado.

Essas pessoas que querem colocar esses projetos são traidoras da Nação, são traidoras do povo, não ligam para a vida das pessoas. É por isso que cada um aqui precisa continuar na luta, precisa resistir, ocupando esta Casa, que já foi ocupada para denunciar o roubo da merenda há dois anos. Não mediremos esforços para, mais uma vez, entrar aqui e ocupar o que é nosso, para pedir o que é nosso, que é investimento público. (Palmas.)

Amanhã, todas e todos nas ruas de São Paulo, sem deixar de ocupar aqui. Concordo com o deputado Rillo, precisamos ocupar este espaço. Se tentarem passar esse projeto, vamos estar aqui para mostrar que investimento não se tira.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o Sr. Michel Iorio, representando a Assojubs.

O SR. MICHEL IORIO - Boa tarde a todos. Eu acho que estamos perdendo tempo aqui. Nós estamos perdendo tempo por quê? Porque esta Casa não tinha que estar discutindo a questão do corte de investimento no serviço público. Deveríamos estar discutindo questões como as isenções que o Governo do Estado dá para as empresas neste estado, porque é para aí que está indo o dinheiro público, não para o serviço público.

Para isso, nós estamos aqui, hoje, para gritar, não só para pedir socorro, mas para defender o nosso serviço público, o servidor público no estado de São Paulo. Especificamente sobre o Judiciário, nós não estamos aqui para defender o auxílio-moradia dos magistrados, nós não estamos aqui para defender a ultrapassagem do teto salarial que muitos magistrados recebem, nós estamos aqui para defender a defasagem salarial do servidor público do Judiciário, que há mais de 20 anos não recebe aumento salarial. O servidor público, em geral, não está recebendo aumento salarial. É isso o que ocorre no estado de São Paulo.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Companheiros, nós temos que sair daqui com o compromisso de que amanhã, dia 27, será em defesa do serviço público, em defesa da vida de todos nós. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, passaremos a palavra aos parlamentares. Tem a palavra o nobre deputado federal Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO - Excelentíssimo Presidente desta Casa, deputado Cauê Macris, eu saúdo-o e agradeço-lhe. Muito obrigado por abrir as portas da Assembleia Legislativa para se discutir como melhorar ou minimizar a dor de quem impulsiona verdadeiramente este estado, que são os seus servidores.

Eu fiz questão de sair de Brasília para estar nesta audiência mais como um policial veterano e alguém que sabe dessa luta. Secretário, cumprimento-o. Cumprimento, também, todos os parlamentares e meus irmãos, servidores civis, militares, pensionistas do estado de São Paulo. Eu participei, efetivamente, na discussão, e perdi, na PEC 55, no 257, e no 343, que foram os projetos feitos para fazer esse reajuste fiscal e a rolagem de dívida dos estados que, aliás, foi uma emenda minha, que tirou do saco de maldades, naquele momento, secretário - o senhor sabe muito bem disso - que para se fazer essa readequação com os estados era necessário o estado também aumentar obrigatoriamente a contribuição previdenciária de 11 para catorze.

Os secretários de Fazenda quiseram morrer, mas, no plenário, conseguimos levar lá. E vou dizer para vocês: não dá para esse projeto, como está - pode mostrar os números que quiser - que, no momento de se firmar o convênio, seja para administração de débitos fiscais, rolagem da dívida, diminuição de juros, dentre os requisitos que estão contando nesse processo, eles vão implicar, sim, nas despesas primárias, pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista. Não dá, de forma nenhuma, para não ter o prejuízo. E o que está me parecendo aqui, essa é a “Lei Tim Maia”, “Me Dê Motivo”. Já estamos com três anos de congelamento, “me dê motivo” para mais dois.

Quero dizer a vocês que se lembrem da história antiga do bode na sala. A família estava desesperada, pedindo pelo amor de Deus, morrendo de fome, sem ter condições e pediu ao governo. “Mete um bode lá dentro da sala deles; isso vai melhorar sua vida.” Aí o bode começou a feder, fazer as suas necessidades, virou aquele inferno, e o governo perguntou para a família: “Olha, o que vocês querem mesmo na vida?” “Tirar o

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

bode da sala”. Eu admiro, sou um fã da habilidade do Barros Munhoz, que foi meu presidente, líder do Governo, mas o Barros é tão inteligente, e o governo tão inteligente - hoje é aniversário dele -, que ele veio aqui dizer para vocês: “Fiquem tranquilos que eu vou tirar o bode da sala.” E só para uma coisa, vocês estão desesperados, sofrendo, morrendo, policiais praticando suicídio, o Hospital do Servidor Público sem condições de atendimento, todo esse inferno maior e a questão da dignidade, de revisão de salários, conforme o Art. 37 da Constituição, e lei que estabelece a data-base, que é 1º de março nesta Casa, que foi mandado para esta Casa pelo então governador Geraldo Alckmin.

Aí ele saiu para disputar a Presidência, tornou-se lei, foi votada aqui de forma unânime, data-base de revisão de salários, 1º de março. Ele não cumpriu, veio o vice dele e não cumpriu; entrou o Serra não cumpriu; ele assumiu de novo e não cumpriu, e não quer cumprir minimamente isso.

Então, deixo para vocês muita luta. Se não botar o bloco na rua, dois focos de atenção: aqui, nesse momento, nós temos que acreditar nos nossos parlamentares, do presidente ao líder do Governo, todas as lideranças. Vamos estabelecer as comissões, sim, mas o bode vai ser tirado da sala, pode ficar sossegado. E agora o seguinte: hoje faltam 167 dias para o mal deixar o estado de São Paulo, graças a Deus. Se não pressionar muito, e já, nas ruas amanhã, todo dia, em todos os serviços, não vai ter revisão de salários. Então, gente, como dizíamos nas lutas antigas aqui: “Vem, vem, vem pra rua, vem com os servidores. Vem, vem, vem pra rua, vem...” (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra, neste momento, o deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Secretário Hélcio, Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados, pessoas que acompanham a nossa reunião, servidores do estado de São Paulo, aqui há uma questão importante - primeiramente, de plano.

A renegociação da dívida de São Paulo já está valendo desde julho do ano passado. Aliás, o estado de São Paulo só não entrou no vermelho no ano passado porque o Alckmin foi um dos articuladores da suspensão do pagamento da dívida de São Paulo. Isso precisa ser dito.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Eu sou um defensor da renegociação da dívida de São Paulo. Nós todos devemos defender, inclusive, a suspensão dela, porque ninguém aqui tem título da dívida pública do Governo. Quem tem título é Olavo Setubal, que foi prefeito biônico de São Paulo na ditadura e é o dono do Itaú. É a família do Bradesco. É a Rede Globo de televisão. São os bilionários deste País que não trabalham e vivem mamando no governo. No ano passado, o governo deu 400 bilhões para as oligarquias do País e não tem dinheiro para a Saúde, para a Educação, para a Infraestrutura, para gerar empregos e para pagar bem os nossos servidores públicos.

Então, o Governo do Estado de São Paulo estava sem dinheiro por conta da crise. Aí, o Alckmin foi a Brasília e fez essa renegociação. A renegociação foi boa por um lado, porque liberou sete bilhões só no último semestre do ano passado, para poder pagar as contas do estado de São Paulo. Nós vamos ficar pagando o mínimo durante dois anos. Estamos pagando o mínimo este ano. É 25% e depois vai crescendo até, em dois anos, voltarmos a pagar o que pagávamos antes.

Eu quero pedir para colocarem os dados no telão. Quem fez a renegociação primeira em 1997, foi esse Governo. Na época, o governador era o Covas e o presidente era o Fernando Henrique Cardoso. A dívida, na época, era de por volta de 50 bilhões. Se atualizarmos, dá 170, hoje. Ela tinha um indexador, que veio até o ano passado, o IGP-DI + 6. Se compararmos a variação do IGP-DI + 6, de 1998 até 2016, que foi quando valeu, a dívida de São Paulo variou para 1.295 por cento.

Aí, qual era o acordo, na época do Covas, com o Fernando Henrique? “Olha, Fernando Henrique, renegociamos a dívida, mas vamos pagar como? Vendendo o patrimônio de São Paulo.” Isso foi vendido para todo o povo de São Paulo. Aí, vendemos tudo. Vendemos a Fepasa, a CPFL.

Reajustaram a conta de energia em 17 por cento. O Brasil tinha uma das energias mais baratas do mundo. O setor eletrointensivo exportava. Faliu o setor eletrointensivo do Brasil. O Brasil, hoje, tem uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo.

Vendemos a Elektro, a Bandeirantes, a Comgas, a Cesp-Paranapanema, a Cesp-Tietê, o Banespa, estradas e mais um monte de coisas. Vendemos todo o patrimônio de São Paulo. Arrecadamos mais ou menos 36 ou 37 bilhões. Se atualizar, dá um pouco mais, hoje. A dívida está em quanto? Pagamos a dívida? Não, porque é IGP-DI + 6. Sabem em quanto está a dívida, hoje? Em 230 bilhões de reais.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Aí, o governador foi a Brasília e conseguiu um perdão por dois anos. Esses dois anos dão uma folga para ele. Está pagando suas contas. Vai lançar uns investmentinhos, uns caraminguás, para poder posar bem na foto, na eleição do ano que vem. Vai posar de que é um governador gestor, porque o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul estão quebrados e São Paulo não está. Vai ser a plataforma de campanha dele no ano que vem.

O problema é a contrapartida. Está entregando a Saúde, a Educação e os servidores, de bandeja, para o Itaú, para o Bradesco, para o Santander e para as famílias bilionárias deste País que vivem penduradas na dívida. Essa é a contrapartida. (Manifestação nas galerias.) Está entregando o povo de São Paulo. Aí, não é por dois anos, secretário, porque o governo vai terminar. Terminando o governo, para o próximo, que vem, não vai valer esse acordo.

Há um problema em relação à dívida. O novo indexador é o IPCA, que é a inflação, e vem com mais 4 por cento. Então, a dívida de São Paulo, depois de dois anos - ou seja, no ano que vem, passadas as eleições -, vai voltar a crescer acima da inflação. Então, o nosso estoque vai aumentar.

Porém, a dívida, hoje, tinha um teto de pagamento da receita corrente líquida real de 13 por cento. Você deve para o agiota um milhão, mas você pode pagar, no mês, um teto de cem reais. Você sobrevive. A dívida cresce, mas você sobrevive. Temos um teto aqui em São Paulo. O teto está desaparecendo. E aqui é uma questão importante para o governador, porque, na medida em que a dívida pública vai crescendo (porque o indexador de quatro por cento vai pressionar) ele vai sentir a necessidade de comprimir ainda mais as outras áreas do estado de São Paulo.

Portanto, no longo prazo, essa renegociação foi danosa ao estado de São Paulo. No curto prazo, deu uma folga, só que vai arrebentar com os serviços públicos e com os nossos servidores, que já conhecem o ajuste fiscal há três anos. Então, da bancada do PSOL, quero deixar aqui registrado: vamos votar contra o PL nº 920 porque ele é contra o interesse do estado de São Paulo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Acho inconcebível a argumentação - com todo o respeito - do secretário da Fazenda, os números que ele apresentou. Até porque, nós sabemos que esse PL nº 920 faz parte do ajuste fiscal que está em curso hoje no Brasil, para transferir recursos públicos para o pagamento de juros da dívida pública brasileira.

Nós queremos auditoria da dívida pública do governo federal e também a nossa, estadual, porque é um absurdo! Não há transparência em relação a essa dívida, não só a dívida pública, mas também em relação à dívida ativa do estado de São Paulo. É inconcebível, temos os números aqui, por exemplo, da dívida ativa do estado de São Paulo, que é superior a 340 bilhões de reais.

Tivemos recentemente uma audiência pública aqui na Alesp, inclusive com o Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo - estão presentes aqui o procurador Derli, a procuradora Márcia - e debatemos essa questão da dívida, que é uma dívida monstruosa, bilionária, que não é cobrada pelo estado de São Paulo.

Temos aqui os números das empresas, por exemplo, do ramo frigorífico. Esses são os dados do governo. Recebemos a lista dos 100 maiores devedores da dívida ativa do Estado, das grandes empresas, que é uma dívida de 78 bilhões. A Sadia deve 1 bilhão e 500 milhões de reais, a Distribuidora de Carnes São Paulo deve 1 bilhão e 200 milhões, Grandes Lagos deve 620 milhões, e assim por diante.

A Ambev deve milhões para o estado de São Paulo, as grandes avícolas e empresas do agronegócio, e é um absurdo que essa dívida não seja cobrada. Além disso, essas empresas que estou citando têm os benefícios fiscais do ICMS, elas têm isenções fiscais. É um absurdo isso! E são financiadores de campanhas eleitorais, de deputados estaduais, federais e do próprio governador Geraldo Alckmin.

Queremos debater a dívida ativa do Estado e a política de desoneração, que o próprio Tribunal de Contas do Estado questionou agora, quando analisou as contas de 2016 do governador Alckmin. Aprovou, logicamente, porque o Tribunal de Contas é um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, como é também a Assembleia Legislativa. Todos sabem disso.

Aprovou as contas, mas fez ressalvas, e uma das ressalvas foi, justamente, a de que o Estado dá muita desoneração. E a desoneração não tem transparência, é obscura, e

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

que o Estado não ganha nada com isso. A população não ganha com a desoneração, quem ganha é o setor empresarial. Esse é o debate que vem na frente de qualquer outro tipo de ajuste fiscal do estado de São Paulo.

Além disso, todos sabem - os servidores, as servidoras e os deputados - que há muitos anos os salários dos servidores são arrochados e defasados. O governo estadual, por exemplo, em 2015 publicou o Decreto nº 61.132, congelando os salários, dificultando os reajustes salariais e a reposição das perdas inflacionárias.

Como foi dito aqui, o governo estadual não respeita a data-base salarial dos servidores. Há muitos anos que ele afronta a legislação. E tem mais: o governo não atingiu... E isso quero fazer o debate e quero que o secretário explique, porque temos dados oficiais dos últimos meses, dando conta de que o governo não chegou nem no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela tem três limites, a Lei de Responsabilidade Fiscal, tão defendida pelo governo e que nós questionamos. A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei dos banqueiros, dos rentistas e dos especuladores da dívida pública, mas o estado de São Paulo nunca chegou ao limite de alerta. Há um limite de alerta, um limite prudencial e um limite máximo, mas não chega nem ao limite de alerta. Nunca houve investimento nos servidores no estado de São Paulo, essa é a grande verdade. O que existe é uma política de ódio do governo do PSDB contra os servidores públicos.

Para finalizar, eu concordo com 90% do que disse o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, mas eu não concordo com uma questão que ele levantou e que é chave. Todos acharam estranho o deputado Barros Munhoz contra o projeto do governo, criticando o governo, e no final ele disse: “Nós vamos debater exaustivamente até chegar a algum acordo”.

Nós não vamos aceitar a aprovação desse projeto, até porque, mesmo que ele não atinja os servidores públicos - o que eu duvido -, nós não vamos um assinar um cheque em branco para o governador Alckmin, para o PSDB. Nós não acreditamos nisto, mas, mesmo que haja essa garantia em uma nova redação, nós temos que entender que o que vale é o projeto federal, a lei federal.

Mesmo que os servidores sejam blindados com essa suposta nova redação, nós temos que entender que haverá o congelamento do investimento nas áreas sociais. Não haverá mais investimento em Saúde Pública e Educação Pública, não haverá mais construção de novas escolas, novos hospitais, e toda a população será penalizada. Então

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

nós não aceitamos o Projeto nº 920, mesmo que ele faça essas ressalvas aos servidores. Nós queremos a retirada imediata do PL nº 920.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes, em primeiro lugar quero agradecer e parabenizar a todos pelo que nós ouvimos já aqui. Quero agradecer também a presença do secretário da Fazenda, Hécio Tokeshi. O senhor viu que é bem clara a postura de todos os funcionários, de todas as associações e de todos os deputados que falaram até agora. O projeto realmente não tem condições de prosperar do jeito que está.

Eu sou funcionário público desde os 17 anos de idade. Sou filho de funcionário público, pai de funcionário público, e, ao longo desses mais de 20 anos, o funcionário público não teve nenhuma vantagem neste governo. Aliás, só perdemos vantagens. São mais de três anos sem reajuste, não é nem aumento. Não há condições de esse projeto passar da maneira que está, Sr. Secretário.

Só para constar, nós fizemos uma reunião na semana passada na nossa bancada do PSDB, e esse assunto foi levado junto ao secretário-adjunto da Fazenda, o Sr. Ceron. Já foi dito para ele não só que o projeto era totalmente maligno como que nós queríamos a retirada de projeto. Não há condições de esse projeto prosperar, Sr. Secretário.

Nós queremos a retirada do projeto e queremos, sim, a garantia de todos os direitos e vantagens dos funcionários. Não há condição nenhuma de esse projeto passar dessa maneira. Tenha certeza de que, apesar de eu ainda estar na bancada do PSDB, eu votarei contra e trabalharei contra esse projeto e conversarei com os demais deputados.

Digo aos senhores e senhoras que os 94 deputados desta Casa, sendo funcionários públicos ou não, têm um pezinho do funcionalismo. Então aquele deputado que for contra os funcionários públicos está sendo contra seu próprio mandato. Portanto, senhores e senhoras, funcionários públicos, tenham a certeza de que nós trabalharemos a favor de todos pela retirada do projeto e pela garantia de todos os direitos.

Quero agradecer ao Sr. Presidente também, porque de imediato ele atendeu o nosso pedido para essa audiência pública. Mais uma vez quero agradecer ao secretário pela presença, pois sabemos da dificuldade, mas o senhor está ouvindo a realidade das

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

coisas. Não foi dourada a pílula, foi falada a verdade. Não dá mais para continuar desse jeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que está presente conosco na Assembleia Legislativa, eu quero dizer que, depois que eu vi o líder do Governo falar, quase que eu retirei minha inscrição, para não falar. Mas eu estou mantendo a minha palavra porque discordo de alguns encaminhamentos que ele colocou aqui. Ele está propondo um congelamento do projeto de lei por um mês, e nós estamos propondo a retirada definitivamente desse projeto.

Outra questão que está colocada, Sr. Secretário, não é só a retirada do projeto. Nós temos que negociar o que esse governo deve para o funcionalismo público no estado de São Paulo. Quantos anos não se tem aumento real? É isso que nós queremos aproveitar agora para discutir e não só retirar o projeto. Pela primeira vez o funcionalismo público está unido e nós vamos ver isso na Av. Paulista amanhã.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

Queremos aproveitar esse momento para arrancar aumento do governo, deputado Barros Munhoz. É para isso que serviu esse projeto de lei e é isso que nós queremos garantir; a bancada do Partido dos Trabalhadores, meu líder vai falar daqui a pouco. Nós não queremos só a retirada desse projeto de lei, mas queremos a negociação para recuperar a perda do funcionalismo de tantos e tantos anos. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras que estão aqui presentes.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quem enviou o projeto a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O governador Geraldo Alckmin.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero cumprimentar a todos os servidores presentes pela luta, que tem que se dizer claramente, pela resistência contra o governador. Ele não está só congelando os gastos com essa burrice do governador. E temos que dizer que não foi o secretário que enviou o projeto a esta Casa. Quem enviou o projeto foi o governador. Portanto, se tem alguém burro, como disse o líder do Governo, não é o secretário, com todo o respeito. O líder disse o seguinte: “Normalmente se esconde dizendo que não é burro; eu nunca vi burro dizer que é burro”.

Então, vamos ver se o líder continua ou não no Governo, porque, por essas palavras, ele chamou claramente o governador de burro.

Senhoras, senhores, colegas e secretário, o governador não está congelando os gastos por dois anos, no caso do servidor público, ele não está só dizendo que nos próximos dois anos os senhores e as senhoras não terão reajuste, não terão reposição, ele está matando até a esperança. Se há anos não tem qualquer tipo de reposição efetiva, com a lei ele está dizendo: “Esqueçam, nem sonhem pelo próximo período”. É isso que o governador Geraldo Alckmin está dizendo para todos os servidores. Mas com isso ele está punindo também a população. E qual população? A que usa o serviço público na ponta. No mesmo modelo do governo Temer que ele apoia, que ele dá sustentação, que ele diz que tem que continuar, ele quer fazer no estado de São Paulo.

O governador que manda para cá essa burrice, como disse o líder do Governo, ele diz que com o Estado está tudo bem, que as finanças estão boas, que as finanças estão ótimas. Será? Todo mundo que vai repactuar uma dívida no banco, qualquer credor, faz isso para poder resolver a sua situação, porque não está conseguindo pagar.

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

Agora o governo diz que está tudo bem, diz que vai ter uma economia de 15 bilhões. Mas em cima de quem? Em cima do servidor público, em cima da população, em cima dos serviços públicos que já estão sucateados. O que o governador está dizendo com isso? Que o estado de São Paulo está falido, que a competência que dizem que tem não é real, não é verdadeira. Isso nós temos que dizer também, temos que apontar o dedo, porque ele diz que não é igual ao Rio de Janeiro, que não é igual ao Rio Grande do Sul, ele diz que aqui está tudo às mil maravilhas. Será que está?

Quem acompanha, sabe do dia a dia do serviço público, dos investimentos, do custeio, da garantia dos recursos para a manutenção de qualquer serviço sabe muito bem que não é essa a realidade. Há problemas na área da mobilidade, nas universidades, nas áreas de Segurança, Educação e Saúde. Há problema em qualquer área; essa é a realidade do estado de São Paulo.

Secretário, eu, líder do PT, tenho que concordar com o líder do Governo, que disse não ver razão para o envio do projeto para cá. Se o discurso é do mundo da fantasia, para que enviar para cá essa proposta? É contraditório aquilo que o governo está dizendo com aquilo que, de fato, está fazendo nesse caso. Pactuou um compromisso, mas não sabemos para onde vai essa sobra, essa economia, dos 15 bilhões, já que está dizendo textualmente, com a lei. Se, com a lei atual, do jeito como está, não há qualquer tipo de expectativa, como haveria com essa lei aprovada, secretário? Acho que essa é uma resposta que todo mundo deveria receber.

Mas, como já foi dito por outros, o objetivo de toda essa luta não é alterar o projeto, mas sua retirada, porque não tem sentido qualquer deputado, aqui, votar uma burrice como essa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos, tem a palavra o secretário Hércio Tokeshi.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Sr. Presidente, obrigado. Eu gostaria de agradecer a todos que falaram. Prestamos atenção. Estou com a assessoria, e nós colhemos todos os comentários e sugestões. Nossa presença aqui é a demonstração concreta da vontade de dialogar, ouvir, conversar. Quero aproveitar para fazer um agradecimento sincero a

Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

todos os servidores públicos do Estado, que estão fazendo esse sacrifício, que é importante reconhecer.

Não é fácil ficar sem reajuste, pelo contrário, é muito difícil. Mas os servidores do estado de São Paulo, no seu melhor espírito público, estão fazendo esforço e sacrifício, trabalhando para contribuir e manter os serviços públicos. Isso precisa ser reconhecido. (Manifestação nas galerias.) Estou, aqui, publicamente reconhecendo e agradecendo esse esforço que é feito pelo nosso funcionalismo.

Mas gostaria, também, de deixar muito claro que não acho correto falar em desgoverno, em desarranjo. (Manifestação nas galerias.) Os salários estão sendo todos pagos em dia. Neste estado, não há parcelamento nem atraso de salários; e não há parcelamento de décimo terceiro. Estamos pagando como sempre pagamos: metade do décimo terceiro no mês do aniversário do nosso servidor. (Manifestação nas galerias.) Não há nenhuma situação de descontrole, pelo contrário.

Não é fácil. Houve sacrifício de todos. Essa é uma situação que escapa à vontade de cada um de nós individualmente, mas podemos ter, todos juntos, orgulho de estarmos trabalhando para manter os serviços do Estado em boas condições. Sr. Presidente, muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Solicito um minuto de atenção, por gentileza. Quero agradecer a presença de todas as associações, de todos os senhores e senhoras, de todos os deputados que estiveram conosco nesta audiência pública.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente audiência, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a audiência pública.

* * *

- Encerra-se a sessão às 17 horas e 05 minutos.

* * *